

DOCTRINA CONTRA DOCTRINA A REVOLTA PINDORAMA DE OSWALD DE ANDRADE

Filipe Ceppas*

Resumo: Neste texto, avalio as estratégias de combate aos ataques desferidos ao ensino de Filosofia e das humanidades de modo geral, em função de seu suposto “doutrinamento”. Argumento que, sim, somos doutrinários, se “doutrinário” significa não abrir mão de um ensino comprometido com uma ampliação radical da democratização das escolas e dos saberes. Procuo mostra, ainda, como nossos desafios podem ser enfrentados com o auxílio da filosofia antropofágica de Oswald de Andrade.

Palavras-chave: Ensino de filosofia, doutrinação, antropofagia.

Resumen: En este texto evalúo las estrategias para combatir los ataques a la enseñanza de la Filosofía y las humanidades en general, por su supuesto “adoctrinamiento”. Sostengo que, sí, somos doctrinales, si “doctrinales” significa no renunciar a la docencia comprometida con una expansión radical de la democratización de las escuelas y el conocimiento. También trato de mostrar cómo nuestros desafíos se pueden enfrentar con la ayuda de la filosofía antropofágica de Oswald de Andrade.

Palabras claves: Enseñanza de la filosofía, adoctrinamiento, antropofagia.

Os ensinamentos de filosofia e de sociologia na Educação Básica volta e meia são criticados e atacados como sendo essencialmente “doutrinadores”. Esses ataques ganharam força e forma, recentemente, com a aprovação da nova Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e em propostas recentes de retirada das disciplinas em Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul. Os argumentos são toscos. A filosofia e as ciências humanas em geral seriam ou inúteis ou perigosas, ou ambas. Elas seriam inúteis e perigosas porque seriam usadas, via de regra, como instrumento de doutrinação esquerdista. Ao invés de oferecerem ferramentas úteis para formar o futuro trabalhador e o cidadão, elas doutrinarão os estudantes com ideologias como o “marxismo cultural”. Os estudantes precisam melhorar o aprendizado da matemática e do português. Por tudo isso — continua a ladainha — o melhor seria retirar ou diminuir radicalmente o conteúdo das

disciplinas de humanas e aumentar a carga horária de matemática e português.

Essas alegações são ridículas e não deveríamos perder tempo com elas, não fosse o fato de seus defensores serem hoje responsáveis pela condução de políticas públicas, no Ministério da Educação e em outras áreas, como na Cultura, no Meio Ambiente, etc. O grande problema para nós, na academia, que nos dispomos a desmontar essas falácias, é que nossos adversários não estão realmente dispostos a ouvir e a ponderar. Eles declararam uma “guerra contra o marxismo cultural”, seja lá o que isso signifique.

Nesse cenário de “guerra cultural”, de “guerra ideológica”, se é disso que se trata (trata-se, na verdade, de uma guerra das forças mais retrógradas do país contra tudo o que ele tem de melhor: contra o meio ambiente, contra indígenas, trabalhadores e trabalhadoras, quilombolas, intelectuais, favelados/as, artistas, negros/as, jornalistas, mu-

lheres, lgbs, etc.), temos estado demasiado na defensiva e seria preciso redefinir com mais clareza as estratégias de ataque e de defesa. Seria preciso, sobretudo, *contratacar*. Temos estado demasiadamente na defensiva quando queremos, a todo custo, convencer a sociedade de que a filosofia, na formação geral e na formação profissional, mais do que útil, seria *necessária* na construção de um “pensamento crítico”, na formação para a cidadania; e que ela não é e não poderia ser “perigosa”, no sentido de que seu ensino não é e não poderia ser, salvo exceções insignificantes, *doutrinário*. Ao contrário — assim continua bravamente essa linha de defesa— os professores de filosofia apresentam aos estudantes as mais diversas doutrinas (platonismo, aristotelismo, neoplatonismo, ceticismo, estoicismo, escolástica, cartesianismo, contratualismo, iluminismo, marxismo, liberalismo, filosofia transcendental, existencialismo, etc.), permitindo que eles pensem por si mesmos os problemas, as teses, etc. O raciocínio filosófico, a lógica, a epistemologia, a estética, a ética, etc., não são somente componentes fundamentais de uma cultura geral, histórica, constitutiva das sociedades ocidentais; antes figuram como auxiliares valiosos nas mais diversas disciplinas e, em especial, no desenvolvimento de competências essenciais às disciplinas de matemática e português. O raciocínio filosófico ajuda na organização do pensamento e, portanto, nas competências de leitura e de escrita. A filosofia é inseparável da história das ciências e as relações entre lógica, metafísica, física e matemática, dentre outras dimensões do pensamento, são cruciais para, se bem didatizadas, ajudar os estudantes a compreenderem seus alcances, sua beleza,

suas dimensões simultaneamente fáusticas e ordinárias, utilitárias.

Há algo de estratégico nessa defesa, na necessidade de explicitar cada vez mais e melhor tudo isso que parece ser uma obviedade; ainda que não o seja, porque, na verdade, a pensar com Deleuze, a partir de Proust, pode não haver um pingote de filosofia em toda essa boa vontade; porque a filosofia não é algo que deva responder à inexistente bela alma de toda a gente; porque o filosofar sempre responde a um problema que nos interpela radicalmente do exterior; etc. Seja como for, vale perguntar, também, o quanto há de erro tático e crasso nessa estratégia, uma vez que nossos adversários não estão dispostos a ouvir e grande parte da sociedade (incluindo alunos, pais e mesmo professores das outras disciplinas) não está disposta a encarar isso como um problema para chamar de seu. Portanto, vale levar em conta algumas perguntas incômodas e reavaliar nossa estratégia.

Ao adotar a defensiva, não estamos aceitando, tácita ou hipocritamente, o princípio de que a escola não deve estar atravessada por “disputas ideológicas”? Não estamos assumindo que o professor deve ser “neutro”? Não estamos aceitando que, pelo fato dos estudantes estarem compulsoriamente na escola, por serem “cativos” (segundo o vocabulário do movimento “escola sem partido”, por exemplo), o professor deve evitar assumir a natureza ou as implicações político-ideológicas das ideias filosóficas, sob o risco de “doutrinar”? E não estamos aceitando que são as políticas públicas que definem, peremptoriamente e de cima para baixo, o que é e o que não é bom para as escolas? Não estamos capitulando diante

da pauta conservadora, tornando-nos reféns do debate em torno de um espantinho, o “marxismo cultural”? Não estamos, por fim, apostando tratar-se de uma guerra capaz de ser travada fundamentalmente no nível do melhor argumento? Nossa suposta principal arma nessa guerra, a argumentação racional, acadêmica, tem alguma chance frente à tática adversária, de denunciamento, de anti-esquerdismo histórico, de *fake news* e mobilização midiática sensacionalista, criando polêmicas vazias e pânico moral sobretudo através das redes sociais?

No que diz respeito à disputa em torno do currículo, gostaríamos de acreditar que a defesa de uma política educacional republicana teria a palavra final; isto é, que as garantias legais, constitucionais, relativas à estrutura e à finalidade da educação pública, laica e gratuita, juntamente com a participação democrática e ativa dos representantes das redes escolares, das universidades e da sociedade civil, seria capaz de frear esse avanço destrutivo, militar, privatista, neoliberal e neopentecostal. Nada mais improvável num contexto em que grande parte da sociedade (incluindo seus extratos policiais, jurídicos e midiáticos, e muitos pais de alunos) quando não apoia e aplaude tal avanço reacionário, mostra-se em grande medida conivente ou indiferente.

Qual seria, então, a saída? Qual estratégia? Parte dessa estratégia necessária me parece evidente: a de assumir que somos “doutrinários”, no sentido de que nunca abandonaremos a bandeira de uma sociedade mais justa, mais igualitária, contra a violência, contra todo tipo de opressão. Somos doutrinários, se doutrinário significa lutar contra o machismo, a misoginia, o se-

xismo, a lgbtfofia, o racismo e outras formas de violência e preconceito paquidérmicos. Somos doutrinários, se doutrinário significa negar que um regime representativo extremamente viciado (para dizer o mínimo) possa determinar aquilo que é melhor para a maioria, sem participação popular, sem debate razoável. Somos doutrinários, se doutrinário significa defender a laicidade do Estado, as conquistas dos direitos humanos, a defesa do meio ambiente e a necessidade de levar à sério as ameaças do antropoceno. Somos doutrinários, se doutrinário significa defender as reservas ecológicas e indígenas, os quilombolas, os ribeirinhos e todas as pessoas que vivem com o mínimo, que vivem básica e heroicamente do esforço do seu trabalho, carentes de apoio público para serem mais sustentáveis e autônomas.

A filosofia na escola não é uma mera apresentação da diversidade de perspectivas teóricas possíveis. Ou ela é um compromisso com bandeiras como as acima indicadas, ou ela é mero ornamento numa sociedade que caminha em ritmo acelerado em direção à sua própria destruição. A questão da doutrinação na escola é um falso problema. Pode e deve haver, nas escolas, quem discorde desses “princípios básicos”. Isso é inevitável, e é o que de fato acontece. Doutrina contra doutrina. Há professores mais liberais, mais conservadores, outros mais anarquistas, mais esquerdistas, mais socialistas, mais o que seja. Isso é saudável. A escola deve refletir todas as tendências presentes na sociedade. Os alunos não são “tábula rasa”, “cativos”, seres ingênuos facilmente influenciáveis. Eles formam um “povo infante”, como dizia Alain, atravessado pelas mais diversas experiências, angústias e expectativas, e sua ca-

pacidade de dispor daquilo que se lhes apresenta não pode ser minimizada. Do contrário, toda escola seria um sucesso fenomenal.

Em suma, não posso deixar de ser doutrinário na defesa de uma escola radicalmente democrática, entendida com uma escola que seja a antessala de uma sociedade que amplia cada vez mais o exercício de uma democracia radicalizada, o que implica diálogo com todas as ideias e as culturas existentes no planeta. Minha doutrina se choca com a doutrina de quem acha que devemos proibir isso ou aquilo, e sobretudo que devemos censurar, asfixiar quem pensa diferente de mim (ressalvados princípios impostos em leis como a proibição do racismo ou dos discursos de ódio). Minha doutrina se choca com a doutrina de quem acredita que determinados conteúdos curriculares não podem estar na escola porque alguns pais e mães acreditam que certas ideias são “perigosas” por destoarem de suas crenças religiosas. Minha doutrina diz que é preciso debater, na escola, sobre a natureza e os sentidos das doutrinas religiosas, mas que nela, na escola, não cabe ensino religioso, porque essa é uma questão de foro íntimo, sob o risco de estimular uma luta fratricida entre crenças divergentes.

Por fim, todo o ceticismo que podemos (e devemos!) nutrir em relação ao poder da ciência e do debate racional, assim como em relação à qualquer perspectiva de “razoabilidade” dos processos decisórios nas democracias capitalistas, não deve, nesse âmbito, anular a defesa radical do princípio da laicidade, único a garantir o respeito do Estado a toda e qualquer crença particular acerca do sobrenatural, como um certo aprendizado básico das sociedades contem-

porâneas. De modo semelhante, não é aceitável qualquer relativização dos princípios básicos dos direitos humanos, da diversidade cultural e de gênero, assim como da preservação do meio ambiente e da preocupação com o sofrimento animal. Não é apenas “a ciência” que nos impele a isso, mas o amálgama maior do encontro das culturas (como sugere Ailton Krenak) e da preocupação com as próprias ideias (por tortas que sejam) de sociedade e de sobrevivência da espécie. Tudo isso faz com que a força da extrema-direita, que defende ideias radicalmente opostas as aqui expostas, e que tomaram recentemente o poder nos últimos anos, em diversos cantos do planeta, da América do Norte à Hungria, da Turquia ao Brasil, se imponha hoje como o maior enigma e o maior obstáculo a ser superado.

Diante de um tal cenário de retrocesso, de crescente distopia, violência, intolerância, destruição, hipocrisia, a vida e a obra de Oswald de Andrade fulguram como um antídoto, uma larga avenida plena de potencialidades, de antecipação generosa. A Antropofagia oswaldiana não é somente um punhado de teses geniais e delirantes, mas uma plataforma de questões indissociáveis da vida-obra de seu autor, onde prevalece o embate com dimensões políticas e sociais desfavoráveis. Os desafios de Oswald são ainda os nossos e resumem-se a fincar bandeira, a cerrar fileiras em defesa de transformações que se fazem necessárias para a superação de nossa mentalidade colonial. Dentre os elementos que compuseram sua plataforma antropofágica, destaco:

(1) o exercício de reinvenção da linguagem na política, na arte, no pensamento;

(2) uma “fala direta” (*parresiástica*), ao mesmo tempo estudiosa, rigorosa e livre (“ver com olhos livres”);

(3) uma ânsia de síntese, indissociável da urgência dos posicionamentos sempre parciais, precários, provisórios, da exploração incansável da vivência lacunar, falha, contraditória do real (princípio que Oswald retira de Hegel: a vida é movimento, contradição eterna entre dogma e revolução);

(4) o “sentimento órfico”, em que o amálgama entre vida e obra encara os desafios mais radicais da existência: o amor, o sexo, a finitude, a revolução enquanto promessa de um devir-outro (princípio que aproxima Oswald e Bataille);

(5) o matriarcado como tradução de uma divisão sexual equânime do trabalho e dos prazeres;

(6) o “comunismo primitivo” no reconhecimento das culturas de resistência negras e indígenas;

Onde quer que falte a projeção de qualquer desses princípios, desses gestos, dessas derivas, não estamos mais no âmbito da Antropofagia oswaldiana.

Historicamente, no Brasil, parece haver uma nítida continuidade entre os diferentes “anticomunismos” da primeira metade do século XX à atualidade: daquele gritado nas ruas contra Getúlio na revolução constitucionista de 1932 à violência do Estado Novo; do conservadorismo e da infâmia sanguinária que marcaram a ditadura civil-militar de 1964-1986 aos atuais ataques de grupos reacionários àqueles e aquelas que lutam por direitos, justiça social e mais igualdade. Estamos vivendo o pesadelo medonho da volta do aparelhamento do Estado por forças retrógradas, a obedecer escancarada-

mente os interesses da acumulação econômica, da concentração de renda — e da cultura das armas e da violência, dos agrotóxicos e destruição das florestas, da violência genocidária contra populações vulneráveis, sem qualquer compromisso programático de efetiva superação do cenário de pobreza e violência do nosso país. Os doze anos de governo petista não conseguiram romper com os resquícios escravocratas, violentos e patrimonialistas da cultura brasileira, assim como com a subordinação de nossas elites aos interesses do capital internacional, apesar de alguns avanços significativos na busca por políticas mais republicanas, sobretudo no que se refere à distribuição de renda, garantia de direitos e democratização das universidades, para mencionar apenas três atribuições fundamentais do Estado que encontram-se hoje gravemente comprometidas. O *déficit* social obscuro, a insegurança de milhares de pessoas ameaçadas em seus direitos fundamentais e as enormes desigualdades econômicas, que sempre situaram o país dentre os piores do planeta, nos mais diversos quesitos (educação, segurança, saneamento, etc), ainda não encontraram uma conjunção de forças capaz de lhes fazer frente.

Se a perspectiva histórico-filosófica da Antropofagia nos convida a reavaliar o complexo “caldo civilizacional” de nosso país à luz dos aspectos mais evidentes e cruéis da dominação capitalista global, ela não se pretende, evidentemente, uma espécie de panacéia, plataforma de salvação, como por vezes Oswald a pintou, em perspectiva visionária. Ela é, antes, uma leitura possível de aspectos centrais desse caldo, a ser continuamente revisitada; um discurso que se quer

emancipatório. Não uma tentativa de tradução da identidade nacional, com a qual muitas vezes é confundida, mas antes a percepção prismática da natureza utópica de uma possível plataforma político-cultural global e emancipadora. A síntese do “bárbaro tecnizado” é o espectro de um caminho que se anuncia nas múltiplas contradições, temporalidades, incongruências de um complexo civilizatório ao mesmo tempo dinâmico e capenga, cuja expressão Oswald procurou fixar em seus ensaios, nos seus textos jornalísticos, em sua poesia, em sua dramaturgia e nos seus romances.

Por outro lado, os contextos econômico, político, cultural e social nessa aurora do século XXI não podem, evidentemente, ser abordados, sem mais, com parâmetros conceituais elaborados na primeira metade do século XX. O avanço do capitalismo globalizado; a volatilidade destrutiva do capital financeiro transnacional; a força avassaladora da indústria midiática e da indústria do entretenimento; a destruição sem precedentes do meio ambiente, a poluição e o crescimento urbano desordenado; as redes interconectadas do narcotráfico e do contrabando de armas, com ramificações estatais e empresariais de todo tipo; as mutações da biopolítica através dos dispositivos móveis e digitais de informação e vigilância; o descentramento pós-moderno da produção cultural e o “fim das metanarrativas” (ou, no mínimo, sua radical dispersão); tudo isso configura, em linhas gerais, um cenário caótico, infinitamente mais complexo do que o do Brasil e do mundo da primeira metade do século XX. E essas são questões urgentes que formam o horizonte no qual todo o ensino de filosofia pode tornar-se significativo. Desta-

car e analisar as linhas de continuidade e descontinuidade da Antropofagia com a contemporaneidade é um enorme desafio, implicando concepções de produção textual, temporalidades, políticas e afetos diversos.

A Antropofagia foi a primeira tentativa sistemática de levar a sério, de modo simultaneamente alegre, positivo e crítico, aspectos das culturas ameríndias como sendo fundamentais para repensar nossos horizontes culturais, sociais e políticos. Evocar formas de pensar e de viver de indígenas, de negros e negras, nas aldeias e nos terreiros, como sendo *filosóficas e políticas* implica uma reconfiguração do que entendemos comumente e eurocentricamente por ações e pensamentos filosóficos e políticos, tencionando o lugar e o conteúdo da fala e da ação. Quem evoca o que ou quem? A partir de onde? Em nome do que ou de quem? A reconfiguração decolonial dos saberes não é (ou está muito longe de ser somente) uma “moda” ou uma paradoxal importação de teorias produzidas nos centros hegemônicos em nome de saberes periféricos, negados.

— Ela é o *amadurecimento* de lutas e pesquisas;

— Ela é também um *tensionamento* das/nas aporias da própria produção ocidental hegemônica.

E esses dois aspectos estão sempre embaralhados, emaranhados.

Quem evoca o que ou quem? Em nome do que ou de quem? Evocar Oswald de Andrade e a Antropofagia exemplifica bem esses dois aspectos emaranhados. Oswald evocou aspectos das culturas ameríndias que ele leu e interpretou à sua maneira. Uma cultura supostamente matriarcal e comunista, uma “realidade sem complexos, sem loucu-

ra, sem substituições e sem penitenciária do matriarcado de Pindorama”, tal como ele finaliza, em grande estilo, o seu *Manifesto antropófago* de 1928. Pensar uma cosmopolítica a partir da Antropofagia implica conhecer, *re-conhecer*, *re-ver*, *re-visar* essa evocação. Amadurecimento e tensionamento.

Tensionamento, porque essa revisão nos força a um *corpo a corpo* entre nossas aproximações às culturas indígenas e afro-brasileiras e o nosso eurocentrismo. Nós, que sempre fomos tão eurocentrados, mas que, para além de qualquer modismo, já nos reconhecíamos na própria crítica europeia ao eurocentrismo, desde Montaigne, desde Rousseau, até Lévi-Strauss, Clastres, Bataille, Deleuze, Derrida.

Oswald apresentou um programa filosófico-político antieurocêntrico, decolonial: não apenas uma releitura crítica, parodística, das apropriações das culturas ameríndias pelo Ocidente (como na *Poesia Pau-Brasil*), mas sobretudo a formulação de uma plataforma utópica-revolucionária antropofágica, vale dizer, uma plataforma que seria, no que tem de essencial, matriarcal (i.e., *feminista*) e comunista: o ócio contra o negócio; o humor e a alegria contra o trabalho, a usura, a herança. Alguns textos de Oswald já prenunciavam a interseccionalidade entre perspectivas indígenas, negras e feministas.

Podemos identificar nessa plataforma muitas questões desafiadoras para perspectivas filosóficas e políticas não eurocênicas, e particularmente inspiradoras para renovadas propostas de ensino de filosofia no Ensino Médio. Cito, para terminar, apenas três tópicos, ou conjunto de questões, que avançam neste sentido.

1. Filosofia e literatura: (1) os limites da linguagem; os mitos e a literatura avançam questões nas quais a filosofia em geral patina; (2) a linguagem (neo)concretista, a superfície do texto, da escrita, contra a transcendência (3) a dupla natureza ficcional-racional dos mitos e da metafísica (a partir de Lévi-Strauss, mas também de Eudoro de Souza, dos helenistas, etc.); (4) a natureza ficcional das narrativas de viagem e, posteriormente, da antropologia — o impacto dessas narrativas na própria dinâmica do desenvolvimento da filosofia ocidental, a começar com Montaigne e Rousseau.

2. O horror à antropofagia e o genocídio colonial como (1) o reverso da virada anti-sacrificial do monoteísmo, que liberou todo o tipo de violência nas sociedades com Estado, e que, enquanto tal, (2) oculta e dissimula pulsões canibais infinitamente mais violentas e mortíferas do que a antropofagia guerreira ou funerária dos ameríndios.

3. Reavaliação das cosmologias e ontologias ocidentais desde uma perspectiva ameríndia: (1) *as cosmoapreensões indígenas como filosofia* — problemas de tradução e de tradições, ou modos de vida — e, (2) a partir daí, reavaliação dos limites da filosofia ocidental para pensar as crises, os conflitos ou o esgotamento desesperado da civilização e de suas utopias.

Eis aí um bom programa para situar a Antropofagia em meio aos estudos filosóficos nos trópicos e seu ensino nas escolas, numa

perspectiva doutrinária, de revolta pindorama contra toda a estultice, a mesquinha e a violência desses novos velhos cínicos cães de guarda, fanáticos religiosos do “anticomunismo”.

Recebido em: 30/05/2020

Aprovado em: 04/09/2020